



Mídia em Imperatriz - MA: Apontamentos sobre as décadas de 60, 70 e 80¹

Autores:²

Gizelle de Jesus Macedo

Larissa Pereira Santos

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Roseane Arcanjo Pinheiro

Thays Silva Assunção

Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz

Resumo:

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na cidade de Imperatriz-MA, cujo objetivo principal é analisar a atuação dos jornalistas imperatrizenses diante das repressões e violências cometidas na Ditadura Militar. A pesquisa foi orientada por três caminhos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a apropriação do referencial teórico pertinente a história da imprensa local. Na realização da pesquisa de campo foram aplicadas entrevistas a seis sujeitos, a partir de um instrumento semi estruturado. Na pesquisa documental foram analisadas: jornais locais, enciclopédia da cidade e livros de escritores imperatrizenses. Concluiu-se que as tensões, acomodações e estratégias de resistência marcaram o nascimento da mídia local e os vínculos entre a imprensa de Imperatriz e o regime militar.

Palavras-chave: Imprensa; Ditadura Militar, Anos 60, 70 e 80; Imperatriz; Maranhão.

1. Introdução

No início da década de 60, o movimento militar assumiu o poder, entrando em cena uma nova força política que comandaria o país até os anos 80. Esse período conturbado é marcado pela liberdade “sem democracia”, censura, perseguição política, desrespeito aos direitos constitucionais e punição a todos os que ousassem contrariar as idéias vigentes. Foi um

1. Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Jornalismo, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

2. Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina Rodrigues de Brito e Thays Silva Assunção são estudantes do Curso de Comunicação Social –habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão - campus Imperatriz; Roseane Arcanjo Pinheiro é professora assistente do curso de Jornalismo da UFMA-Campus Imperatriz. Jornalista e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.



período marcado por vários atos institucionais, sendo o mais severo o Ato Institucional nº 5, decretado por Costa e Silva, que instaurou a censura aos meios de comunicação.

Vários jornalistas foram perseguidos, outros exilados, torturados ou assassinados. Em 1975, Wladimir Herzog, chefe de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, após ser chamado para prestar depoimento no DOI (Departamento de Operações internas) foi morto em um dos quartéis do Segundo Exército (JORGE, 1987). As décadas de 60 e 70 foram anos de desafios para a imprensa brasileira. A Lei da Imprensa e a Lei de Segurança Nacional surgiram para legitimar realmente a censura, impedindo a liberdade de expressão. O governo instaurou a função do censor nas redações, cuja função era fiscalizar todas as notícias que seriam publicadas, evitando assim que o exercício jornalístico contrariasse os interesses do regime militar. A censura previa foi formalizada em 1969 e vigorou por dez anos (JORGE, 1987).

No entanto, as repercussões da ditadura militar não se deram de maneira homogênea em todas as cidades brasileiras, com suas realidades políticas e sociais distintas. As decisões centrais e os cenários multifacetados geraram resistência, acomodações e reações diferenciadas de políticos, jornalistas, empresários, sociedade civil e dos demais segmentos sociais.

A cidade de Imperatriz, localizada no oeste do Maranhão, próxima aos estados do Pará e Tocantins, começava na década de 60 a se fortalecer enquanto município, chegando a ganhar o título de segundo maior centro econômico político, cultural e populacional do Maranhão (FRANKLIN, 2008). A localidade sofreu transformações nessa década através da construção da Rodovia Belém – Brasília, obra do governo Juscelino Kubitschek e vinculada ao projeto desenvolvimentista daquela administração. Houve expressivo crescimento demográfico, os imigrantes começavam a chegar, o comércio foi fortalecido e as atividades pecuárias cresceram. Sobre esse surto de progresso econômico coordenado pelo Governo Federal, Sanches afirma:

A rodovia Belém - Brasília mudou tudo. O comércio e a pecuária experimentam um surto de desenvolvimento. Empresários fazem compras do –e no- Sul - Sudeste. - Imigrantes chegam do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e de todas as demais regiões do país. Grandes usinas de beneficiamento de arroz instalam-se. (SANCHES, 2003, p. 166)

Foi nesse período que em Imperatriz foram fundadas as primeiras emissoras de TV, rádio e o primeiro jornal diário da cidade. Em 1969 surgiu uma rádio clandestina, a Rádio Imperatriz, de propriedade de Leôncio Pires Dourado:

Em 1969 aqui em Imperatriz surgiu uma emissora de rádio por nome de rádio Imperatriz, era uma rádio pirata e foi constituída até pelo presidente da câmara na época, Leôncio Pires Dourado, e essa emissora de rádio funcionava não muito diferente do que as rádios de hoje funcionam, até mais ampliada porque naquela época



tinha auditório, tinha programa de calouros e atendia-se também por telefone, tinha programa policial, era uma emissora bem moderna, pra época de 69 70.³

Em 3 de maio de 1970 surgiu o Jornal “O Progresso” fundado por José Matos Vieira e Jurivê de Macedo. No final dos anos 70 a Rádio Imperatriz, de origem ilegal, foi fechada pelo Exército. Em 1978 Moacir Spósito Ribeiro cria a Rádio Imperatriz AM, inaugurada no dia 28 de outubro de 1978.

Quais tensões marcavam a relação entre militares e a imprensa local? Como foi a caminhada da imprensa de Imperatriz, nascida em meio ao período de repressão política? Como um jornal sobreviveria em tempos como esse de grandes transformações sócio-econômicas e sem liberdade de expressão? Desejamos então enfrentar o desafio de trazer a tona pistas para compreendermos essas questões, fundamentais na trajetória do Jornalismo na região Tocantina.

Buscando informações para sanar esses questionamentos, o trabalho foi realizado através de estudos fundamentados em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Foram gravados depoimentos de seis sujeitos, entre eles estavam inclusos jornalistas, proprietários de empresas jornalísticas e demais profissionais que protagonizaram papéis importantes no período da ditadura e do nascimento da imprensa em Imperatriz.

Nos propomos estudar o tema para conhecer de forma crítica o papel assumido pela imprensa de Imperatriz durante a ditadura militar no Brasil, perceber as escolhas realizadas, compreender como os jornalistas entendiam sua função social neste contexto, detalhar as atividades desenvolvidas pelos veículos de comunicação e seus vínculos com os núcleos de poder, além de identificar casos de tortura, prisões e pressões sobre o processo de elaboração da notícia.

2. Ditadura, Imprensa e Resistência

Em 1964 uma conspiração civil e militar destituiu João Goulart da presidência da República. Iniciava-se o longo período em que os militares governaram e ditaram as regras no país. O movimento, que culminou com o golpe de 64, contou com financiamentos do exterior e ativa participação de segmentos da imprensa. Mas por que parte dos meios de comunicação de massa apoiou o golpe?

Para responder essa indagação é necessário conhecer o governo de João Goulart. O governo de Jango é caracterizado pelas reformas de base. Estas atingiam quase toda sociedade. Havia

3. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito, Thays Silva Assunção. Imperatriz. Concedida as alunas da UFMA – Campus II, 2009.



propostas para as áreas eleitoral, administrativa, universitária, tributária, urbana, bancária, e agrária. Esses projetos deixaram as classes dominantes temerosas, pois representavam a implantação de um possível governo de esquerda, de cunho socialista.

Sendo assim, os editoriais e artigos dos jornais serviram para apresentar o medo da elite brasileira de forma generalizada, fazendo com que o golpe acontecesse quase naturalmente.

A conspiração já não existia – ela era pública; os jornais apresentavam as aspirações das classes dominantes como se fossem o desejo popular. Então desencadeou-se o golpe. E na hora certa, como analisou posteriormente o general Golbery do Couto e Silva: “1961 foi um desastre para o exército. Nós decidimos (1964) que só tentaríamos derrubar Goulart quando a opinião pública estivesse a nosso favor.” (CHIAVENATO, 2004, p. 63)

Foi instalado no Brasil um governo autoritário, com cassações de mandatos parlamentares, expurgos de sindicalistas, prisões arbitrárias, torturas físicas, entre outros crimes. E a imprensa passou a ser alvo de censura e repressão. Em 1967 o presidente Castello Branco sanciona a Lei de Imprensa.

Por meio dela. O ministro da Justiça, através do artigo 63, podia determinar apreensão, independentemente de mandato judicial, impresso que continha, segundo o artigo 61, inciso I e II, propagandas de guerra ou de preconceitos de raça ou classe, bem como promovessem incitamento à subversão da ordem política e social ou ofendesse a moral pública e os bons costumes. (ALMEIDA, 2009, p.85)

Essa Lei é pequena diante do Ato de Institucional nº 5. Este foi o golpe fatal contra a liberdade da palavra, pois outorgou ao presidente da República a iniciativa de impor a censura prévia à imprensa. Diante dessa realidade, BARBOSA (2007) expõe que a reação da imprensa brasileira pós-AI-5 também é diversificada. Segundo ALMEIDA (1985), houve aqueles que aceitaram as ordens que chegavam à redação por meio de bilhetes e telefonemas e outras empresas jornalísticas que resistiram à censura.

A região centro-sul do Brasil apresentou casos significativos de jornais que resistiram ao regime militar e resolveram combater os atos de arbítrio e terrorismo do governo. Foi o caso do jornal Correio da Manhã, que em 1968 sofreu um atentado a bomba em sua sede. E no começo do ano seguinte houve a prisão da proprietária, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, e dos jornalistas Néelson Batista e Osvaldo Peralva.

Outro jornal que sofreu represalias foi o Folha do Oeste, de Guarapuava, da cidade do Paraná, que foi processado por criticar o prefeito. Outros impresos, como O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, publicaram em grandes espaços, nas páginas das matérias censuradas, versos de Camões e de Manuel Bandeira, cartas e receitas culinárias, como forma de protestar e sinalizar para os leitores que eram trechos cortados pelos censores. O que fazia com que esses jornalistas publicassem notícias contra o regime, colocando suas vidas em risco?



Verificamos que a maioria dos jornalistas e ativistas políticos da região centro-sul foram forjados nos movimentos estudantis do final da década de 1960, passando alguns pela luta armada e pelas prisões. Junto deles, estavam os recém-formados das escolas de comunicação dos anos de 1970. Também, surgia em 1967 a Faculdade de Filosofia de São Paulo, esta se constituiu o “mais importante laboratório de idéias e de ação política do Brasil pós-1964.” (KUCINSKI, 2003, p.58)

Ao contrário dessa relação acirrada entre os jornais da região centro-sul e o regime militar, a imprensa imperatrizense viveu uma relação baseada em momentos de ora de tensão ora de cordialidade frente as forças que dirigiam o país. No período da ditadura militar, a cidade apresentava poucos meios de comunicação. Havia a Rádio Imperatriz e o jornal O Progresso. Anos depois surgiu o primeiro sinal de televisão.

Profissionais que trabalharam nesses veículos durante a ditadura relataram suas experiências. Em entrevista, Agostinho Noletto, atualmente presidente da Academia Imperatrizense de Letras, afirma que a relação do jornal “O Progresso” com os militares era respeitosa, os jornalistas não se atreviam a enfrentar os militares, porque temiam pelo fechamento do jornal. “Quem se atrevia escrever um editorial contra o regime? Era pisando em ‘ovos’, não se politizava o jornal, não se metia em política, quem era que se atrevia? O jornal não se metia em política ainda mais contestando o regime, jamais, nunca, já era alto defesa”.⁴

O radialista Aldeman Costa descreveu o trabalho da imprensa em Imperatriz da seguinte forma:

Aqui era limitado, você ia fazer uma entrevista, o cara perguntava logo: você vai perguntar o quê? E aí tem que dizer primeiro. No tempo da ditadura você tinha que levar por escrito o que você ia perguntar, eles quem dizem qual a pergunta deveria ser feita, você falava só o que era de interesse deles, se perguntasse a mais, você corria o risco de ser preso.⁵

José Matos Vieira, fundador do jornal O Progresso, considera que não havia censura:

Não, não era censurado não. Aqui uma vez o comandante do 50º BIS que era o Major... Ele nos convidou lá no comando, mas era pra ele reclamar de um redator que publicou um artigo assim por alto o regime, a gente disse que aquele artigo não era da nossa responsabilidade, é de quem assina, mesmo assim o Iroche não fez mais coisas semelhantes e a vida continuou.⁶

4. SOARES, Agostinho Noletto. **Agostinho Noletto Soares**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

5. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

6. VIEIRA, José Matos. **José Matos Vieira**: entrevista. Entrevistadoras: Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



O jornalista Raimundo Jurivê de Macedo criticou a intervenção dos militares no trabalho jornalístico: “Eu sou dono da minha cabeça, mas não sou dono das minhas mãos”.⁷ O jornalista chegou a ser chamado várias vezes no 50º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), sediado em Imperatriz, para explicar sobre matérias que os militares não gostavam.

O escritor e jornalista Adalberto Franklin considera essas idas ao 50 BIS uma normalidade de quem escrevia nesse período. Ele se considera um rebelde, pois nunca voltou atrás no que escrevia. Porém, declara que não houve um jornalista que publicasse as questões polêmicas, como a grilagem e os crimes de pistolagem que eram muitos na década de 70. “Você conhecia quem eram as pessoas, quem eram os personagens, quem eram os pistoleiros, você conhecia quem mandava matar gente, quem escravizava pessoas, que já tinha trabalho escravo naquele período aqui na região, mas não se publicava nada”.⁸ Na visão do jornalista Marcelo Rodrigues, o processo da ditadura militar na imprensa imperatrizense não foi de embates diretos e de violência, pois ao final dos anos 70 o governo começou a afrouxar as rédeas sobre os meios de comunicação frente ao desgaste político e a crise econômica.

Segundo COSTA et al (2001), em relação a mobilização política em Imperatriz, na época da ditadura a cidade não possuía uma classe estudantil com a experiência de militância das principais capitais brasileiras. Os grêmios estudantis e demais entidades de classes, como o grêmio estudantil da escola Bernardo Sayão e a Associação Estudantil fundada em 1969, só faziam manifestações pacíficas e de caráter reivindicatório. E a população imperatrizense tinha consciência do período pelo qual passava o país, mas o medo impedia que tomasse atitudes contra o regime militar.

3. Imprensa e Ditadura: Marcas no Jornalismo em Imperatriz

No Brasil, as marcas deixadas pelo regime ditatorial continuam impressas na história da política brasileira. Limitando esse contexto a cidade de Imperatriz – MA, mais precisamente com seus jornalistas, a história não trilha outro caminho. Esta cidade também foi palco de prisões, torturas e assassinatos.

Agostinho Noleto, Marcelo Rodrigues, Jurivê de Macedo, José Matos Vieira, Aldeman Costa e Adalberto Franklin, dentre outros, são exemplos de jornalistas que vivenciaram dia-a-dia

7. MACEDO, Raimundo Jurivê Pereira de. **Raimundo Jurivê Pereira de Macedo**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Thays Silva Assunção e Roseane Arcanjo Pinheiro. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas e professora mestre da UFMA-Campus II, 2009.

8 FRANKLIN, Adalberto. **Adalberto Franklin**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



esse contexto de repressão. São profissionais que ainda residem em Imperatriz e contribuem para o campo da comunicação da cidade. Hoje são fontes para a história do jornalismo imperatrizense.

Esses protagonistas relembram episódios que ocorreram durante a ditadura militar e alteraram o cotidiano das redações. Em alguns desses fatos os próprios jornalistas estiveram envolvidos, como relata Marcelo Rodrigues:

Eu tive esse problema de repressão ainda quando menino, tinha quatorze anos, eu fui secretário do MDB. Fui para a rádio Gurupi em São Luís fazer um pronunciamento, escrito pelo deputado Ciddy Carvalho. Quando terminou esse depoimento fui chamado, aliás fui levado pro quartel da 24º PC. Aí eles me perguntaram quem tinha feito o artigo para eu ler já que eu era menor de idade, mas propositalmente ele, o deputado Ciddy Carvalho permitiu que eu fosse porque eu era de menor e não poderia ficar preso. Eles me perguntaram quem tinha escrito, isso eu não sabia, sabia quem tinha recebido do partido para eu ler, agora quem escreveu eu não sabia.⁹

Como se pode perceber, a trajetória como jornalista para Marcelo Rodrigues começou cedo. Segundo Rodrigues, durante toda a sua atuação na época da ditadura, ele não foi o único a se atrever contra o regime, outros personagens foram ainda mais ousados do que ele, como por exemplo, Conor Farias, Orlando Menezes, Moacir Spósito e Roberto Chaves que faziam fortes ataques aos órgãos da ditadura.

Eles trabalhavam na Rádio Imperatriz e na TV Educativa, por incrível que pareça dois deles trabalhavam na TV do Governo Federal, mas ainda assim eles usavam dos seus horários jornalísticos para fazer alguns levantamentos que incidiam contra as ações da ditadura. Dos quatro, o único que chegou a ser preso foi o Moacir porque ele fez uma matéria mais contundente contrariando a forma que agia a Polícia Federal. Desses, o Moacir faleceu, o Conor é da Rede TV, o Orlando Menezes continua, hoje ele é assessor de Imprensa do prefeito de São Francisco do Brejão e o Roberto Chaves saiu da cidade de Imperatriz e foi para uma cidade do interior do Pará.¹⁰

Outro destaque do jornalismo nessa época foi Jurivê de Macedo, um dos fundadores do jornal O Progresso. Para ele, um dos fatos marcantes do regime militar foi quando quase chegou a ser preso devido a uma palavra escrita de forma incorreta em uma matéria sobre a presença de militares na cidade. Jurivê trocou a letra “f” pela letra “t”, escrevendo assim, tísica ao invés de física. Esta palavra escrita de modo errado fazia referência a um sargento entrevistado por Jurivê. O jornalista conseguiu perceber o erro antes da impressão final do jornal daquele dia e temia pela reação do militar, que iria aguardar a edição para conferir a entrevista.

9. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

10. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



Vieira optou por selecionar os temas que escrevia para evitar confrontos com as forças da ditadura. Conta que o maior desafio de um jornalista na época era justamente manter um jornal em uma cidade pequena como era Imperatriz, com grandes dificuldades em relação ao comércio. Com a censura à imprensa, a maioria dos acontecimentos acompanhados não podia ser publicado, caso contrário, o responsável pela matéria seria punido.

De acordo com esse contexto, Costa sofreu e presenciou fatos relevantes na história de Imperatriz. Para o jornalista, a imprensa se encontrava amordaçada, sem o direito de expor os acontecimentos do contexto político da cidade.

Um fato ocorrido e que ficou marcado pela ditadura militar foi a prisão do empresário Pedro Américo de Sales Gomes, que os moradores mais antigos conheciam. Na época, ele foi preso, espancado, levado de avião para Brasília, pelo simples fato de ter sido presidente da UMES (União Maranhense dos Estudantes Secundaristas). Então o governo estava caçando todas as lideranças estudantis, procuraram prender para averiguar como estava a situação do sujeito ou se o mesmo ainda estava fazendo movimento contra o governo. Pedro na época sofreu maus tratos. Pedro Américo não foi o único a ser preso, também foram detidos, por exemplo, Carlos Lima de Almeida, que ainda reside aqui em Imperatriz. (COSTA et al, 2001, p. 45)

Aldeman Costa, um dos jornalistas que mais se arriscaram na época da ditadura militar, relata um dos episódios, indicador das tensões e das relações entre o poder e a imprensa em um regime ditatorial:

Teve uma vez que me chamaram de louco quando veio aqui o presidente da República, Ernesto Geisel, cuja visita foi intermediada pelo Edison Lobão. Fui escalado para ir até o aeroporto para entrevistar o presidente. Quando cheguei lá, estavam equipes da Globo e do SBT. As emissoras do Brasil todo esperavam a chegada do presidente. Fizeram um pareado. Eu com o microfone na mão, com um fio bem grande com o cabo instalado para dar direto, na hora do avião descer. Eu fiz uma loucura, quando foi terminando de pousar, eu corri pra o avião. Passei na carreira, correndo sozinho com o microfone na mão. Quando o presidente desceu do avião, o primeiro a entrevistar foi eu. Pensei logo: atirar em mim eles não vão, coloquei isso na cabeça e fui.¹¹

O jornalista Adalberto Franklin ficou conhecido por sua geração como uma pessoa rebelde e por isso foi chamado algumas vezes para comparecer ao 50 BIS. Franklin relata que sempre foi vigiado devido as desconfianças que os militares tinham quanto ao que ele escrevia. Mesmo com toda essa vigilância, o jornalista resolveu escrever um artigo com críticas à Duque de Caxias, Patrono do Exército. Depois as vigilâncias só aumentaram. Outro momento de dificuldade aconteceu quando prenderam um amigo dele.

11. COSTA, Aldeman Araújo. **Aldeman Araújo Costa**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



Quando prenderam o Zé Bonfim e trouxeram ele para ficar no quartel do exército. Eu soube que ele tava num cubículo lá no fundo do quartel e a informação que eu tive é que ele tava sendo torturado, com um tipo de tortura que é uma goteira que fica caindo água a noite toda. Aquilo cria uma perturbação mental. E eu escrevi isso no jornal, eu botei isso no jornal.¹²

4. A Expansão da Mídia em Imperatriz: anos 70 e 80

A partir da década de 1960, a cidade de Imperatriz viveu transformações em razão da inauguração da rodovia Belém-Brasília. Iniciou-se um processo de ocupação desordenada e a chegada de imigrantes dos mais diversos estados, tais como Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Em 1970, a população local, que era na década anterior de 39.169, passa a ser de 80.827 habitantes. Dez anos depois chegou a 220.469 moradores. Assim a sociedade local passa por um processo de mudanças estruturais em suas bases econômica, social e cultural (FRANKLIN, 2005).

Em um contexto de intensa repressão e censura a imprensa, surgem em Imperatriz as emissoras de rádio e TV e novos jornais. Foi fundada a Rádio Mirim em 1966 por Raimundo Nogueira de Souza Neto, que fazia um curso de eletrotécnico por correspondência. Inicialmente Souza conseguiu montar essa pequena emissora, aperfeiçoada e vendida para Leôncio Pires Dourado, passando a se chamar Rádio Imperatriz. Um ano depois o então proprietário tomou posse como presidente da Câmara dos Vereadores (BARROS, 1996).

Aldeman Costa, um dos jornalista que trabalhou na rádio, na época com um programa denominado Nordeste em Desfile, relembra que a estrutura era moderna. Para ele, a emissora possuía uma particularidade, um amplo auditório, ou seja, havia uma maior integração entre o público e o rádio. Existiam programas de calouros, com cobertura policial ou com música. Os pedidos dos ouvintes também eram atendidos por telefone. Apesar da boa aceitação pelo público e até utilização pelos militares no intuito de uma aproximação com os imperatrizenses, a Rádio Imperatriz foi considerada clandestina e então fechada em 1970 pelo Exército durante a Operação Carajás, que constatou a ausência de registros da rádio no Departamento Nacional de Telecomunicações – Dentel, anterior a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 28 de outubro de 1978 foi fundada a primeira rádio devidamente legalizada. Também chamada de Rádio Imperatriz AM, criada por Moacir Spósito Ribeiro, um radialista e

12. FRANKLIN, Adalberto. **Adalberto Franklin**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



advogado do sul do país. Responsável pelo programa Café da Manhã, um dos mais polêmicos da Rádio Imperatriz AM, Moacir Spócity criticava o regime militar e também recebia repreensões pela ousadia. O quadro de funcionários desse veículo foi composto por nomes como Marcelo Rodrigues, vindo da capital do Maranhão, Alberto Chaves, de Belém-PA, Aldeman Costa e Clodomir Guimarães. A rádio também abriu um concurso para preencher duas vagas, tendo 152 inscritos na disputa.

Na década de 70, o tipógrafo Matos Vieira participou da fundação do mais antigo jornal em circulação em Imperatriz, O Progresso. Após ter morado em vários locais e exercido as mais diversas profissões, veio a convite de um amigo para Imperatriz. Ainda em Marabá com dificuldades financeiras, Vieira recebeu financiamento e em sociedade comprou uma gráfica no estado de Goiás. Depois a levou para Marabá, onde comprou o jornal O Marabá em 1964. Com experiências na produção de jornais impressos, o tipógrafo montou em Imperatriz o primeiro jornal com circulação diária. 3 de maio de 1970 é um marco para o jornalismo impresso local, pois foi fundado O Progresso:

Então eu achei mais necessário na época a fundação do jornal para ajudar a civilizar a cidade, porque uma cidade como um garimpo, Imperatriz naquela época era um garimpo praticamente, gente de todo lugar, todo dia tá chegando gente de todas as classes, e cada um ia ganhar dinheiro que corria dinheiro mesmo.¹³

Vieira afirma que O Progresso tinha cerca de dez funcionários entre linotipistas, paginadores, impressores, jornalistas e jornaleiros. A tiragem era de mais ou menos mil exemplares por dia, compostos de quatro páginas. Vieira relembra que “vendia bem e o povo ficava ansioso, era muito bom”.¹⁴

O redator - chefe do jornal era Jurivê de Macedo, jornalista e advogado. Este foi “convidado” no 50 BIS, em alguns momentos para prestar esclarecimento de certas matérias escritas por ele. “José Matos Vieira era o pai e a mãe do Progresso, eu sou a parteira, nasceu em minhas mãos”¹⁵, afirmou Jurivê. Apesar das trocas na administração, O Progresso ainda continua em atuação local, com um novo proprietário, Sergio Godinho.

Outro impresso daquele período foi o jornal católico Sinais dos Tempos, que durou sete anos. Foi idealizado pelo jornalista e escritor Adalberto Franklin e pelo ex - padre Lourenço

13. VIEIRA, José Matos. **José Matos Vieira**: entrevista. Entrevistadoras: Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.

14. Id. Idem

15. MACEDO, Raimundo Jurivê Pereira de. **Raimundo Jurivê Pereira de Macedo**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Thays Silva Assunção e Roseane Arcanjo Pinheiro. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas e professora mestre da UFMA-Campus II, 2009.



de Souza. Franklin afirma que o jornal tinha uma abordagem social. Os temas mais abordados eram a justiça e os conflitos de terras. Na época, o jornal defendia as causas da Pastoral da Terra, da Comissão de Justiça e Paz, entre outros órgãos, que também faziam denúncias contra violação dos direitos humanos.

Até o final da ditadura militar outros jornais também circularam no município: *Gazeta de Imperatriz* e *Tribuna de Imperatriz*, ambos criados em 1979; *Independente* e *Novo Tempo*, fundados em 1984. Foram jornais com circulação curta e por questões financeiras ou políticas foram fechados.

Quanto a mídia audiovisual, a cidade ainda não possuía uma emissora de TV até meados dos anos 70. Através da insistência de Pedro Bala e Francisco Ramos, que conseguiram a doação de um aparelho de televisão e uma antena, captaram pela primeira vez o sinal de TV em 1967. “Pedro Bala subia, colocava a antena, enquanto Ramos procurava sintonizar.” (BARROS, 1996, p. 344). O sinal era de uma televisão boliviana, na época noticiava a morte do guerrilheiro Che Guevara.

No Natal de 1975 é que a TV é definitivamente homologada em Imperatriz com sinais simultâneos da Tupi e Globo, após vários conflitos entre o interventor da cidade, coronel da Polícia Militar, Alberto Barateiro, como era conhecido, e o chefe da Embratel e engenheiro Crispim, que não aceitava uma estação retransmissora no mesmo morro onde já estava instalado a Embratel:

Lembro que uma vez nós estávamos no jornal e a dúvida se vinha televisão pra cá ou se não vinha, o jornal não acreditava que fosse possível trazer a repetidora de televisão porque era proibido, os militares não permitiam, o jornal duvidava, e o prefeito que era aqui nessa sede, Coronel Barateiro da Costa, dizia que ia trazer a televisão, e o sinal passava aqui na torre da Embratel, lá no Morro da Viúva, passava aí, mas não podia chegar a cidade não repetia porque os militares não permitiam, do controle deles e eles não aceitavam a repetidora. E o Coronel Barateiro interventor da cidade dizia que ia trazer o sinal, isso foi em 75, e o jornal duvidava, fazia entrevistas com o diretor da Embratel e ele dizia “Não, não pode tem uma portaria número tal, não pode.”¹⁶

Durante quatro anos a retransmissora de TV, canal 4 esteve sob o controle da Prefeitura Municipal. Os imperatrizenses tiveram a oportunidade de assistir as novelas “*Xeque – Marte*” e “*A Viagem*”, de produção da Tupi, e “*Saramandaia*” da Globo. O eletrotécnico Francisco Ramos foi o responsável pela assistência técnica. Colaboraram também José Moreira e Osvaldo Nascimento. O que era apenas uma retransmissora, hoje é o Sistema Mirante de

16. SOARES, Agostinho Noleto. **Agostinho Noleto Soares**: entrevista. Entrevistadoras: Gizelle de Jesus Macedo, Larissa Pereira Santos e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



Comunicação, pertence atualmente ao Sistema Mirante de Comunicação, que mescla produções locais e transmissão da programação de São Luís e nacional.

Logo depois, em 1978 foi instalada a retransmissora TV Tropical, afiliada a Rede Bandeirantes de Televisão. Seus proprietários iniciais foram Raimundo Cabeludo, Francisco Ramos e Bayma Junior. Agora pertence ao grupo TV Chico do Rádio Comunicação Ltda, do empresário e político Chico do Rádio.

A próxima a ser implantada na cidade é a TV Karajás ligada ao SBT (Sistema Brasileiro de Comunicação), em 1981. Alguns proprietários se repetem como Raimundo Cabeludo, Francisco Ramos, J. Nascimento e Osvaldo Nascimento. Hoje é denominada de TV Difusora Sul.

Surge depois a TV Curimã retransmitindo em 1983 a Rede Manchete. Os primeiros proprietários foram Raimundo Cabeludo e Gilberto Bontempo. Segundo Marcelo Rodrigues, a TV foi concedida a Raimundo Cabeludo, consequência de apadrinhamento político. Transformada depois em Sistema Nativa de Comunicação, canal 13, da Rede Record local.

Após a elaboração de um projeto pelo radialista e jornalista Marcelo Rodrigues em parceria com o governo municipal, monta-se a TV Educativa em 1984, afiliada a TV Educativa Nacional junto a Fundação Enesto Geisel. “Para concluir esse projeto, eu tive um estágio de três meses na Paraíba, na Universidade da Paraíba e de lá foi que a gente veio com esse projeto na mão, com a ajuda de alguns colegas de São Luís.”¹⁷ afirma Marcelo Rodrigues. A TV Educativa permaneceu no ar apenas durante cinco anos. A programação era voltada para a educação e abria espaços para programas jornalísticos.

5. Considerações Finais

A mídia de Imperatriz (TV, rádio e jornal) apresenta crescimento expressivo em um momento de contradições políticas para o país, entre os anos 60 e 80. Com a instauração do regime militar e as mais de duas décadas de autoritarismo, a imprensa brasileira também expande-se em meio ao fechamento do congresso, da luta armada, da violência e censura. Porém, este panorama é marcado também por tensões no campo midiático - segmentos da imprensa mostram apoio aos núcleos de poder, no entanto outros veículos opõem-se ao regime.

17. CARDOSO, Marcelo Rodrigues. **Marcelo Rodrigues Cardoso**: entrevista. Entrevistadoras: Larissa Pereira Santos, Nayane Cristina R. de Brito e Thays Silva Assunção. Imperatriz. Entrevista concedida às alunas da UFMA-Campus II, 2009.



No caso de Imperatriz, após anos de marasmo econômico nas primeiras décadas do século XX, a cidade sofre com as mudanças advindas da imigração intensa e do crescimento desordenado, fincados por projetos do Governo Federal ou surtos de desenvolvimento como a extração de recursos naturais, madeira, minério e ouro. A mídia local desenvolve-se neste contexto, com seus personagens atuando na imprensa e em outros espaços políticos. Tal como no cenário nacional, na cidade fronteiriça com o Pará e Tocantins – depois entrada da Guerrilha do Araguaia - há tensões, resistências e acomodações. A partir das vozes de jornalistas e da compreensão de fatos históricos, reuniram-se as singularidades da trajetória da mídia de Imperatriz nestes apontamentos.

A mídia impressa, por exemplo, nesta primeira leitura emerge como palco para “civilizar” uma cidade que passa por crescimento caótico e expressiva confluência de imigrantes. Os jornais, por outro lado, também são espaços de laços com o poder – seguindo uma cobertura mais acordada com os fatos divulgados pelo governo - ou de resistência as estruturas vigentes, ao optarem por divulgar temas como os direitos humanos. Se a elaboração da notícia chocasse com os limites impostos pela censura e a violência, mesmo assim os profissionais várias vezes optaram pela oposição e críticas, mesmo conhecendo os riscos destas falas em um programa de rádio ou coluna de jornal.

As primeiras emisoras de TV e rádio de Imperatriz, neste primeiro olhar sobre o nascimento da mídia audiovisual, são resultados de empreitadas particulares e não de projetos empresarias. Mas a formação das redes midiáticas e a nova ordem democrática, a partir dos anos 80, sinalizam para mudanças nas intenções, principalmente por conta das novas configurações políticas e o aparecimento de outros personagens – como empresários e políticos - que terão peso na gestão das empresas midiáticas locais.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob Censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: Memória e Registro**. Imperatriz, MA: Ética, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção polêmica)

COTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.



COSTA, Henry Magno Pereira; SILVA, Suely Leal; SOARES, José Ribamar Alves. **"Os Anos de Chumbo" Reflexos e Efeitos em Imperatriz.** (Monografia). UEMA-CESI. Departamento de História e Geografia - Imperatriz, 2001.

Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852 – 2002. Editor e redator Edmilsom Sanches. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para história econômica de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2005.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!** Petrópolis: Vozes, 1987.

JORNAL O PROGRESSO. História. Acesso em 2 de abril. Disponível em: <http://www.oproggresso-ma.com.br/progresso1.html>.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

NEPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964 – 1985.** São Paulo: Atual, 1998. (Discutindo a história do Brasil)

JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo.** 3.ed. Porto Alegre. Edipucrs, 2003.